



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1274/2024

| LEGISLAÇÃO ALTERADA   | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO  |
|---|---|
|   | Altera a <a href="#">Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022</a> , que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.  |
|   | O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da <a href="#">Constituição</a> , adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:   |
| <a href="#">Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022</a>  | <b>Art. 1º</b> A <a href="#">Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:  |
| Art. 3º São princípios da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura:<br>.....  | “Art. 3º .....<br>.....   |
| Parágrafo único. O princípio estabelecido no inciso V do caput <b>deste artigo</b> deve ser implementado por meio de Plano <b>Anual</b> de Aplicação dos Recursos (PAAR), ouvida a sociedade civil, preferencialmente, por intermédio de seus representantes nos Conselhos de Cultura.                | Parágrafo único. O princípio estabelecido no inciso V do caput <b>^</b> deve ser implementado por meio de Plano <b>^</b> de Aplicação dos Recursos (PAAR), <b>de caráter anual ou plurianual</b> , ouvida a sociedade civil, preferencialmente, por intermédio de seus representantes nos Conselhos de Cultura.” (NR) |
| Art. 6º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, <b>a cada ano, em parcela única</b> , o valor correspondente a R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), <b>no primeiro exercício subsequente ao da entrada em vigor desta Lei e nos 4 (quatro) anos seguintes</b> . | “Art. 6º <b>A partir de 2023, a</b> União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios <b>^</b> o valor <b>total de R\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais) ^</b> .  |
| § 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apresentarão à União, <b>em prazo estabelecido</b> na forma do regulamento, plano de ação <b>para o exercício, juntamente com a solicitação dos recursos</b> .<br>.....   | § 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apresentarão à União <b>^ plano de ação</b> na forma <b>estabelecida em</b> regulamento <b>^</b> .<br>.....   |
| § 4º Para receber os recursos de que trata esta Lei, anualmente, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal deverão comprovar a destinação, para a cultura, de recursos orçamentários próprios em montante não inferior à média dos valores consignados nos últimos 3 (três) exercícios.          | § 4º Para receber os recursos de que trata esta Lei, anualmente, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal deverão comprovar a destinação, para a cultura, de recursos orçamentários próprios, <b>conforme ato do Poder Executivo federal</b> .  |
|   | <b>§ 5º A cada ano, a programação orçamentária será de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), constituindo-se como diretriz o saldo total remanescente nas contas específicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</b>   |
|   | <b>§ 6º A execução de que trata o caput, ao longo dos exercícios financeiros, assegurará o repasse do valor integral devido aos entes federativos, nos termos do disposto no art. 8º, conforme regulamento.</b>   |



Texto alterado



Texto revogado



Texto excluído



Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Texto alterado  
   Texto revogado  
 abc Texto excluído  
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional- Telefone: 3303-4050  
 (Elaboração: 26/11/2024 16:22)



| LEGISLAÇÃO ALTERADA  | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO  |
|--|---|
| Art. 14. A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura é de responsabilidade das autoridades competentes nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.  |   |
| § 1º No caso de inexistência de fundos de cultura estaduais e municipais aptos a receber os recursos federais de que trata esta Lei, o repasse será direcionado para estrutura definida pela autoridade competente de cada ente federativo receptor. |   |
|  | <b>Art. 3º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação. |